

A nau sem rumo da saúde

MARIA EMÍLIA AMARAL

O estado do Rio de Janeiro tem novo secretário de Saúde. Por força de uma coalizão formada na Assembléia Legislativa com os pequenos partidos, o governador Leonel Brizola deu posse no cargo ao deputado estadual Luiz Cadorna, do PDC. Pedro Valente, ex-secretário e amigo pessoal do governador, deixa a Saúde após desastrosa administração, para assumir a Secretaria estadual de Transportes. Exemplos que mostram como tem sido levada pouco a sério a administração pública no Rio de Janeiro. Mudam-se secretários e equipes técnicas, premiando-se a escolha partidária e não a aptidão e qualificação para os cargos.

O secretário Luiz Cadorna assume o leme da Saúde em situação nada invejável. Além do naufrágio dos hospitais estaduais interditados pelo Conselho Regional de Medicina, por falta de condições éticas de funcionamento, ele esbarrará na deficiente força política de sua pasta, atrelada a acordos e compromissos partidários. Difícil mesmo será explicar a não aplicação da Lei nº 1.854, de sua autoria, que determina que os hospitais de emergência do Estado do Rio estão obrigados a ter equipes médicas completas nas diversas especialidades. Como conseguirá conter a debandada em massa dos médicos da rede estadual, se não destinando recursos para equipamentos hospitalares e remuneração digna para os profissionais? O deputado, hoje investido da autoridade de secretário

de Estado, se verá obrigado a infringir a lei que ele próprio redigiu em setembro de 1991, quando parlamentar de oposição ao governo Brizola.

Nada leva a imaginar que o governo estadual modifique o tratamento dado à rede hospitalar após esse ano de mandato. A saúde continua sendo ignorada como área de responsabilidade do estado, não bastando as denúncias dos jornais de que pacientes estão morrendo por falta de condições de atendimento. O governo age como se não fosse com ele, se dando ao trabalho às vezes de responsabilizar a crise econômica pelo caos hospitalar.

O número de médicos que abandonou o serviço estadual de saúde no último ano já chega a mais de uma centena, e tudo indica que irá aumentar. Os poucos que sobraram não suportarão muito tempo a tensão dos plantões sobrecarregados, a falta de material para as emergências, a agressividade das famílias dos pacientes contra eles dirigida e um salário de 260 mil cruzeiros. A derrocada completa ainda não aconteceu porque os hospitais de emergência da Prefeitura vêm conseguindo suportar o acúmulo de remoções de pacientes das unidades do estado. Nelles tem sido possível trabalhar adequadamente e salvar vidas, apesar das dificuldades, porque o município conta com uma Secretaria de Saúde comprometida com a qualidade de atendimento médico. Qualidade de atendimento em saúde se consegue sem partidatismo e sem conchavos pessoais ou políticos, mas com programas e formação de equipes técnicas de profissionais competentes.

Nem tudo foram flores sempre, no entanto, nos hospitais do município do Rio. Vivemos nos dois primeiros anos do governo Marcello Alencar as mesmas dificuldades que a rede estadual de saúde vive hoje. O secretário Ronaldo Gazolla, quando assumiu em março de 1991, substituindo Pedro Valente, que fora designado para titular da Secretaria estadual de Saúde, encontrou os hospitais municipais desabastecidos, enfermarias fechadas e os profissionais sub-remunerados. Vontade política e profissionalismo permitiram reverter aquela situação de caos, em menos de um ano de administração.

Até quando a sociedade vai permitir que esta importante área de governo sofra manipulações e desvios por interesses político-partidários? Temos assistido passivamente mandos e desmandos à revelia da legislação e dos bons programas que particularmente na área da Saúde existem, e na maioria das vezes não são executados.

Que sejam efetivos os Conselhos Municipal e Estadual de Saúde. Que a comunidade e os profissionais possam discutir e influenciar as metas de governo. Que o Sistema Único de Saúde e a municipalização dos hospitais do Rio de Janeiro se desenvolvessem sob a responsabilidade da União, do estado e do município. Caso contrário, continuaremos a viajar na nau sem rumo da saúde, aguardando o naufrágio que poderá acontecer na próxima borrasca.

Maria Emilia é médica e presidente da Comissão de Ética do Hospital Souza Aguiar